



A Presidência Portuguesa da UE: *As circunstâncias colocaram nas mãos da presidência portuguesa uma agenda europeia exigente e pesada. O Governo acrescentou ainda a aposta numa estratégia comum de modernização da economia europeia na era da globalização. Será que a “Via Europeia” de Guterres é a visão que dá coerência ao exercício? Como resolver o dilema entre grandes e pequenos numa União alargada?*

A importância de uma visão da Europa

Teresa de Sousa

Fruto das decisões de Helsínquia, a presidência portuguesa da União Europeia terá, ao longo do primeiro semestre de 2000, uma agenda carregada que vai pôr à prova a sua capacidade de liderança e a eficácia da sua diplomacia.

Caber-lhe-á conduzir um processo de alargamento que ganha a partir de agora uma nova dimensão e uma importância política mais evidente, abrindo negociações com mais seis candidatos e iniciando um difícil diálogo político com a Turquia, nos termos definidos no último Conselho Europeu. O lançamento de uma política comum de segurança e defesa vai traduzir-se na execução de uma série de deliberações tomadas pelos líderes em Helsínquia e, sobretudo, na condução política de uma nova relação entre a UE e a NATO, à luz da nova dimensão de defesa europeia.

A partir do mandato fixado em Helsínquia para uma nova Conferência Intergovernamental (CIG), Portugal terá de conduzir a fase inicial das negociações, certamente difíceis, que abram caminho a uma reforma institucional destinada a concluir a preparação da UE para a entrada de novos membros. Será também a presidência portuguesa a primeira a testar plenamente o novo modelo de representação externa da União, articulando as suas funções com as do recém-nomeado alto representante para a PESC, Javier Solana.

As presidências não são, todavia, um mero exercício de eficácia diplomática ou

um teste à capacidade de diálogo e de abertura de cada um dos Estados-membros. Elas são um exercício político através do qual cada país tem a oportunidade de projectar a sua visão da Europa e a especificidade da sua própria contribuição para a construção europeia. Com mais ou menos ambição, cada Estado-membro, seja ele pequeno ou grande, procura completar a “agenda obrigatória” que herda das presidências anteriores com uma agenda própria que deixe as suas marcas para o futuro.

A aposta portuguesa foi definida pelo primeiro-ministro, sem qualquer ambiguidade, na realização de uma cimeira extraordinária em Março, com a qual António Guterres pretende lançar uma estratégia comum de longo prazo cujo objectivo é fazer da economia europeia em 10 anos “a mais dinâmica e competitiva economia mundial com crescimento, emprego e coesão social”.

Guterres pretende dar coerência a um debate que se tem vindo a impor à Europa não só pelas dificuldades internas das suas economias, traduzidas em persistentes altas taxas de desemprego e fracas taxas de empregabilidade, mas também por 10 anos consecutivos de expansão da economia americana, sem desemprego e sem inflação, a partir de uma capacidade de inovação verdadeiramente estonteante.

Nos últimos três anos, os Quinze têm procurado criar novas áreas de cooperação para fazer frente ao desemprego e coordenar melhor as suas políticas macroeconómicas, tirando partido do mercado

interno e da moeda única. Guterres quer agora ir mais longe neste esforço, procurando olhar para os problemas da economia europeia de uma forma global. Como desenvolver na Europa os novos factores de competitividade próprios da era da globalização dos mercados e da revolução das tecnologias da informação, a partir de uma cultura social que é distinta da norte-americana? É este o desafio que vai lançar na cimeira de Lisboa.

A “via europeia”

António Guterres conta com alguns factores que pesam a seu favor neste empreendimento extremamente ambicioso. O facto de uma maioria dos Governos da União ser chefiada por socialistas permite-lhe conseguir mais facilmente não só o interesse pela sua proposta, mas também um razoável grau de sintonia de objectivos. Este é, afinal, o debate que tem mobilizado os socialistas europeus, da “terceira via” de Tony Blair à social-democracia de Lionel Jospin, passando pelo modelo original de concertação social do primeiro-ministro holandês, Wim Kok.

Este é, sem qualquer dúvida, o grande desafio global que enfrentam as sociedades europeias para vencer um conjunto de problemas que, apesar de se manifestarem de diferentes formas, acabam por ser comuns a todas elas. Como reformar os sistemas de segurança social, financeiramente esgotados pelo rápido envelhecimento da população europeia ou pelas baixas taxas de emprego? Como dar mobilidade ao mercado de trabalho e elevar o seu nível de qualificação? Como generalizar aos sistemas produtivos as novas tecnologias de informação e as biotecnologias? Em suma, como abrir caminho ao novo paradigma das sociedades do conhecimen-

Teresa de Sousa, jornalista do Público

to e da inovação em sociedades que prezam a igualdade e a justiça social de uma forma distinta da sociedade americana?

Guterres quer que a cimeira de Lisboa produza uma nova síntese que represente a “via europeia” para responder a todos estes desafios, num exercício em tudo comparável àquele que Jacques Delors lançou em 1993 com o seu Livro Branco para o crescimento, a competitividade e o emprego, votado ao fracasso por circunstâncias políticas e económicas apesar de tudo muito menos favoráveis do que as de hoje. O antigo presidente da Comissão terá, aliás, uma participação directa na preparação desta iniciativa.

Vale a pena ainda acrescentar que, na frente interna, o tema se enquadra perfeitamente na velha preocupação portuguesa com as questões da coesão económica e social, traduzidas agora numa dimensão mais ambiciosa e mais moderna.

Se gerir com eficácia os restantes *dossiers*, a presidência portuguesa arriscará boa parte do seu êxito ou do seu fracasso no que forem os resultados deste Conselho Europeu, no qual o primeiro-ministro empenha todo o seu prestígio externo. Se não passar de um grande e mediático momento de reflexão, por mais aliciante que seja, só muito dificilmente Portugal vai conseguir terminar o seu mandato à frente da União com um balanço que supere a simples mediania do dever cumprido na gestão mais ou menos eficiente dos restantes *dossiers*.

A responsabilidade da CIG

A condução dos trabalhos da CIG será outro teste difícil para a presidência portuguesa, porque questiona directamente a forma como Portugal vê o futuro da União.

Para ultrapassar divergências profundas quanto à amplitude que deve ter a nova reforma institucional, os líderes europeus fixaram-lhe uma agenda inicialmente limitada às três questões não resolvidas em Amsterdão (composição da Comissão, revisão da ponderação dos votos no Conselho a favor dos grandes países e aumento das decisões por maioria qualificada), consideradas como indispensáveis para acolher novos membros. Mas deixaram a porta aberta à possibilidade de alargá-la a outras ques-

tões, se for possível um consenso nesse sentido. Compete à presidência portuguesa a tarefa de avaliar essa possibilidade e apresentar o resultado ao Conselho Europeu de Santa Maria da Feira.

Em Helsínquia ficou evidente a existência de duas posições divergentes quanto ao que deve ser a próxima reforma institucional. A grande preocupação dos países maiores, das chamadas potências europeias, é garantir que a sua representação no Conselho não se veja ainda mais reduzida pela entrada de um conjunto de pequenos países. O seu desejo é limitar a CIG à resolução desse objectivo, que não vai ser fácil, do qual fazem depender a aceitação de um sistema de decisão mais ágil, através de um aumento das maiorias qualificadas.

No outro extremo podem situar-se Estados-membros como a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo, que consideram que os ajustamentos institucionais que ficaram por resolver em Amsterdão, justificados por uma preocupação de eficácia, estão longe de garantir no longo prazo a coesão política e a legitimidade democrática de uma Europa muito mais alargada. O receio que partilham é que esta visão limitada abra as portas a uma deriva intergovernamental que altere radicalmente os fundamentos da integração. É a mesma, aliás, a posição da Comissão Europeia, que vai apresentar à CIG um conjunto mais ambicioso de propostas.

Portugal tem mantido até agora uma posição ambígua quanto aos seus próprios objectivos, escudando-se na reserva exigida pelo exercício da presidência. Mas a sua ambição parece não ir muito além da possibilidade de conseguir incluir nos trabalhos da CIG as questões institucionais que possam decorrer da nova dimen-

são europeia de defesa. Esta aparente falta de ambição, que traduz algum desconforto em relação ao que deve ser o futuro modelo constitucional da Europa, vai certamente reflectir-se negativamente na forma como a presidência pretende conduzir um processo que passa em Julho para mãos francesas, deixando a Paris o mérito de fechar a negociação.

Entre a ambição legítima da cimeira de Lisboa e o desconforto perante uma nova reforma institucional na qual pode estar em jogo o próprio modelo de integração, o que parece faltar ainda à presidência portuguesa da UE é a formulação de uma visão de conjunto sobre o futuro da Europa. A diversidade e a complexidade dos *dossiers* que deverá gerir – do alargamento à defesa, passando pela reforma das instituições ou pelo lançamento de uma “via europeia” para a sociedade do conhecimento e da inovação – ganharia aos olhos da opinião pública portuguesa uma maior transparência e um sentido mais claro.

A imagem de Portugal junto dos seus parceiros europeus poderia sair reforçada, afastando velhos estigmas herdados do passado que, muitas vezes, já não correspondem à forma como encaramos a nossa participação no projecto europeu. Ainda não é tarde para marcar a diferença. ■

Performance Económica de Portugal durante a Presidência

